

Produzindo e Difundindo Conhecimento Histórico no *Youtube*: O Canal “Nerdologia” e os Conceitos de “Golpe” e “Revolução”

Producing and Disseminating Historical Knowledge on *Youtube*:
The “Nerdologia” Channel and the Concepts of “Coup” and “Revolution”

Danilo Linard¹

Resumo: Considerando alguns aspectos característicos do que tem sido definido como “História Pública” e colocando em discussão o papel social do historiador enquanto um intelectual engajado, procuramos compreender como os conceitos de “Golpe” e “Revolução” foram discutidos num vídeo de divulgação de conhecimento histórico publicado pelo canal “Nerdologia” na plataforma de vídeos “*Youtube*”. Nosso propósito é analisar quais foram as estratégias utilizadas para abordar esse tema e como elas podem contribuir, ou não, para a compreensão desses conceitos.

Palavras-chave: Nerdologia; *Youtube*; História Pública;

Abstract: Considering some characteristic aspects of what has been defined as “Public History” and discussing the social role of the historian as an engaged intellectual, we seek to understand how the concepts of “Coup” and “Revolution” were discussed in a video for the dissemination of historical knowledge published by the “Nerdologia” channel on the “*Youtube*” video platform. Our purpose is to analyze what were the strategies used to approach this theme and how they can contribute, or not, for the understanding of these concepts.

Keywords: Nerdologia; Youtube; Public History;

Introdução

Em nosso tempo presente há uma ênfase na dimensão pública de praticamente quase todos os temas e assuntos, inclusive, sobre os mais privados e íntimos. A publicidade dos mais diversos tipos de experiências adquire outra camada através das “vivências” no mundo “virtual” proporcionado pela *Internet* e pelas redes sociais. Nossa existência e historicidade são, portanto, cada vez mais públicas e virtuais. Noiret (2015) constatou que essa publicidade e essa virtualidade têm redimensionado nosso papel social como historiadores e, por extensão, nossa relação com o passado, o presente, o futuro e, inclusive, com nossa própria prática, seja na pesquisa, seja no ensino.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e especialista e graduado em História pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: linard.danilo@gmail.com.

Nesse contexto, emergiu, a partir dos anos 1970, nos Estados Unidos, Europa e Austrália, um conjunto de práticas historiográficas que se convencionou definir como “história pública”, cuja difusão é contínua. Em meio a essas práticas, constatamos, progressivamente, que a escrita da história, aqueles que a escrevem e a consomem, os meios nos quais essa escrita circula e, até mesmo, muitas das fontes de pesquisa que investigamos, também foram afetadas pelas camadas de publicidade e virtualidade indicadas acima.

Levando esses elementos em consideração, o presente trabalho teve como um de seus objetivos analisar uma dessas práticas (pública e virtual) de produção do conhecimento histórico. O foco de nossa discussão é problematizar um vídeo de divulgação histórica/historiográfica produzido pelo canal “Nerdologia” e publicado na plataforma de vídeos “*Youtube*”. No vídeo em questão, nos propomos investigar como ocorreu a discussão de dois conceitos que tanto são recorrentes em pesquisas históricas, como têm sido tema de acalorados debates, a saber, os conceitos de “Golpe” e “Revolução”.

O roteiro do vídeo analisado aqui foi elaborado por Filipe Figueiredo, formado em história pela Universidade de São Paulo – USP, colunista, *host* do *podcast* “Xadrez Verbal” e apresentador do projeto “Nerdologia – História”. Para efeito de discussão, procuramos compreender quais foram as estratégias utilizadas para desenvolver a discussão conceitual acerca dos conceitos de “golpe” e “revolução”, para a síntese desse debate e adaptação à linguagem de um público que se presume “leigo” no campo dos estudos históricos.

Na primeira seção deste trabalho, intitulada “Aspectos da História Pública, do Engajamento Intelectual e do Papel Social do Historiador: Deslocamentos, Redimensionamentos, Tensões e Intenções”, buscamos, a partir do diálogo direto ou indireto, com alguns autores, entre os quais destacamos Almeida e Rovai (2011); Mauad, Almeida e Santhiago (2016); Almeida e Meneses (2018); Carvalho e Teixeira (2019), identificar quais as características mais gerais verificáveis no fenômeno da “história pública” e como tais aspectos implicaram tanto em redefinições do papel do historiador

em face da sociedade que o cerca, quanto num redimensionamento do próprio mercado de trabalho. Nesse momento da discussão, as reflexões de Olivier Dumolin (2017) também se mostraram bastante pertinentes.

Na segunda seção do artigo, “Análise do Vídeo “Existe Diferença entre Golpe e Revolução?”, do Canal “Nerdologia”, voltamos nossa atenção para o modo como esse tema foi abordado, visando identificar como essa discussão conceitual terminou sendo “traduzida” para a cultura *nerd/geek* que é o público-alvo do canal “Nerdologia” e quais as distâncias e proximidades entre essa prática e os elementos que definem a história enquanto ciência e disciplina acadêmica. Para nossa abordagem, além de considerações que ecoam os autores indicados acima, foi fundamental o diálogo tanto com Barros (2016), para mensurar o modo como a discussão conceitual proposta pelo vídeo é conduzida, quanto com Antoon de Baets (2013), no intuito de verificar se há, ou não, uma interpretação histórica negligente ou abusiva. Ao término da análise que aqui apresentamos, tecemos algumas considerações acerca dos resultados que obtivemos, esperando contribuir de algum modo para a discussão.

1. Aspectos da História Pública, do Engajamento Intelectual e do Papel Social do Historiador: Deslocamentos, Redimensionamentos, Tensões e Intenções

Em nosso tempo presente, os fazeres historiográficos, conforme José D’Assunção Barros (2004) observou de maneira sistemática e sintética, podem ser compreendidos como idealmente “divididos” em campos de estudos históricos. Em cada campo há uma ênfase em determinadas “dimensões” (relativas aos aspectos “sociais”, “políticos”, “econômicos”, entre outros, que marcam nossa historicidade), “abordagens” (relativas à lida e à tipologia das fontes, assim como ao escopo de análise, se macro/micro/nacional/regional/local, etc.) e/ou “domínios” (relativos aos ambientes, objetos e aos agentes históricos). Não custa lembrar que essa divisão é “ideal”, quando não didática, posto que esses campos, ainda que guardem particularidades (tais como aquelas que distinguem a História Cultural da História Econômica, p.ex.), não deixam de manter contatos entre si, nem de estabelecer diálogos.

No Brasil, a “história pública” já conta com uma bibliografia crítica (cf., p.ex. ALMEIDA; ROVAI, 2011; MAUAD; ALMEIDA; SANTHIAGO, 2016; DUMOLIN, 2017; ALMEIDA; MENESES, 2018; CARVALHO; TEIXEIRA, 2019) e vários pesquisadores, aqui e em outros países, exercitam esse “fazer historiográfico”. A chamada “história pública” não se afasta desse domínio de discussões delineado por Barros (2004). Parte da percepção de uma dimensão presente em nossa historicidade, qual seja, a dimensão “pública” acerca de conteúdos e temas históricos/historiográficos, sendo que cinco aspectos inerentes à essa dimensão (produção, produtores, consumidores, discussão e circulação) tornam-se objetos de estudo que exigem abordagens metodológicas apropriadas à cada um deles. Desse modo, a “história pública” pode ser enquadrada ora como mais um campo de estudo histórico específico, ora como uma metodologia, ora como um objeto de estudo.

Em linhas gerais, entre as inúmeras discussões e pressuposições que marcam os fazeres historiográficos da “história pública” em nosso tempo presente, encontram-se as seguintes percepções: a) a pesquisa e a escrita da história não são mais exercidas (se é que um dia realmente foram – ou devam ser) apenas por historiadores de formação, mas também (e cada vez mais) por indivíduos que são de outras áreas (filósofos, jornalistas, economistas, teóricos e estudiosos da literatura e linguagem, entre outros) e mesmo por pessoas sem formação acadêmica; b) o conhecimento histórico não está mais restrito aos espaços acadêmicos nem é produzido somente neles; c) o conhecimento histórico, produzido por historiadores ou não e fora dos espaços acadêmicos, não é consumido apenas pelos pares historiadores ou acadêmicos de áreas afins, mas também pelo público “leigo”.

Assim sendo, o tipo e os espaços de produção, as formas de veiculação do que é produzido e os sujeitos que participam dessa prática configuram áreas de interesse imediato da “história pública”. Perceber essas práticas, por si só, já estimula diversas reflexões, provocações: A produção do conhecimento histórico fora da academia possui qualidade heurística e epistemológica? Aqueles que desejam exercitar-se na pesquisa e na escrita histórica sendo de outras áreas ou mesmo sem possuir formação acadêmica podem produzir (ou ensinar) conhecimento histórico rigoroso academicamente? O

público consumidor do conhecimento histórico assim produzido pode identificar o rigor técnico, teórico, conceitual e metodológico ou a sua ausência/debilidade?

A “história pública” (assim como todas as demais ciências, humanas ou não) demanda um público e um público específico pode demandar uma narrativa histórica (ou de outro tipo de conhecimento) mais “afinada” com suas expectativas e experiências. Quais seriam, portanto, as relações e as implicações daí derivadas? Para Jörn Rüsen (2014, p.140-141), por exemplo, ainda que o conhecimento histórico possa orientar distintas carências no tempo, estas não podem ser satisfeitas por uma narrativa histórica fundamentalmente unilateral, que prescinde de critérios objetivos, técnicos, teóricos, conceituais e/ou metodológicos.

Em nosso tempo presente, indelévelmente marcado pelo uso contínuo da *Internet* e pela “vivência” nas diversas redes sociais, vemos que há inúmeros (e acalorados) debates acerca de temáticas históricas (e também de temas oriundos de outras ciências), entre os quais podemos citar: se o nazismo foi um movimento de esquerda²; se houve uma ditadura militar no Brasil entre 1964 e 1985³ ou se Zumbi dos Palmares possuía escravos no Quilombo⁴. Tais debates mobilizam energias distintas e os mais variados sujeitos e intenções, inclusive aquelas marcadas por pura má fé e desonestidade intelectual. Como nós, enquanto historiadores, podemos (ou devemos) encarar essas circunstâncias? Como nos envolvermos nesses debates?

² Como indício desses debates, foram veiculadas as seguintes reportagens: “O Nazismo era um movimento de Esquerda ou Direita?” Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/salasocial-39809236> Acesso em: 25 mai. 2020. “Nazismo é de Direita, define o Museu do Holocausto visitado por Bolsonaro em Israel”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47784368> Acesso em: 25 mai. 2020.

³ Como desdobramento dessas discussões, foram veiculadas as seguintes reportagens: “Por que o que aconteceu em 1964 foi um golpe?” Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/04/17/por-que-em-1964-foi-golpe.htm> Acesso em: 25 mai. 2020. “Ernesto Araújo diz que não houve golpe em 1964 e que movimento dos militares foi “necessário””. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/03/27/ernesto-araujo-nega-golpe-militar-em-1964-e-diz-que-foi-um-movimento-necessario.ghtml> Acesso em: 25 mai. 2020. “Brasil diz à ONU que não houve golpe em 64 e que governos militares afastaram ameaça comunista e terrorista”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47818978> Acesso em: 25 de mai. de 2020.

⁴ Entre os dias 12 e 14 de maio de 2020 desenrolou-se um debate na rede social *Twitter* entre o jornalista Leandro Narloch e o colunista, *podcaster*, ativista e escritor Ale Santos. Este postou e criticou um vídeo no qual Narloch afirma que haveria pessoas ainda mantidas como escravas por Zumbi em Palmares. Disponível em: <https://twitter.com/Savagefiction/status/1260151566113427456> Acesso em: 14 mai. 2020.

Mais do que tentar esmiuçar o desenvolvimento e os meandros das práticas da “história pública”, consideramos mais fértil (ainda que não nos afastemos por completo dessa discussão) focar nossa atenção nas reflexões elaboradas por Olivier Dumolin. Propondo discutir o papel social do historiador, Dumolin (2017) traça um rico panorama que avalia, desde fins do século XIX e em momentos pontuais do século XX, como o historiador (re)agiu em face dos dilemas de seu tempo, ora sendo contratado como emissor de pareceres por empresas privadas, ora como testemunha em processos judiciais, ora como espécie de ativista ou intelectual engajado na discussão pública de debates sociais, desde aqueles relativos “Caso Dreyfus” e passando pelas grandes guerras (1914-1918 e 1939-1945), entre outros.

Antes de adentrarmos nessa seara, podemos afirmar que parece ter havido uma espécie de deslocamento quase que “pendular” em relação ao papel do “intelectual engajado”, o qual ora incluía o acadêmico, ora dele prescindia. Segundo Benoît Denis (2002), o chamado intelectual engajado surge na passagem do século XIX para o século XX, inclusive sob a sombra do “Caso Dreyfus”. Alfred Dreyfus (1859-1935) foi um militar judeu condenado em Paris por traição. Contudo, o processo judicial que culminou em sua condenação estava eivado de falhas e, quando não, por forte antissemitismo. A opinião pública dividiu-se entre “dreyfusards” e “anti-dreyfusards”. É nesse contexto que o escritor Émile Zola (1840-1902) publicou num jornal, em 1898, seu “J’accuse” (Eu acuso), criticando os vícios do processo.

Para Denis (2002, p.20-21), o intelectual engajado manifesta-se de duas formas. Primeiro, quando o indivíduo que é portador de prestígio numa determinada área faz uso desse “renome” para chamar atenção sobre um problema ou debate específico. Um exemplo disso seria o próprio Zola. A outra possibilidade diz respeito ao indivíduo que, portador de um saber técnico, científico ou artístico utiliza esse mesmo saber/técnica como veículo/ferramenta de seu engajamento. Frida Kahlo (1907-1954), Jean-Paul Sartre (1905-1980) e o próprio Paulo Freire (1921-1997) encarnariam esse segundo tipo de engajamento intelectual. Dessa maneira, tanto num caso, como no outro, o intelectual

engajado se envolve publicamente através da emissão de juízos e opiniões sobre os debates que estejam na ordem do dia.

Olivier Dumolin, por seu lado, compreende a emergência do que se denominou chamar “história pública” sem se distanciar do que apontamos alguns parágrafos atrás, principalmente ao sublinhar a constatação da dimensão de “publicidade” relativa aos debates históricos. Contudo, para além da compreensão de que a “história pública” pressupõe uma produção e circulação do conhecimento histórico fora da academia e não necessariamente por (e para) historiadores, Dumolin (2017) constata também que esse cenário não deixa de estar relacionado (embora não de maneira causal) com uma espécie de “crise de empregos”.

Isto se articula com aquele deslocamento “pendular” da noção e do papel do “intelectual engajado” que ora incorpora o acadêmico, ora o desconsidera. O historiador com formação acadêmica poderia encarnar tanto o engajamento mediante o renome adquirido, quanto o engajamento que faz uso do saber possuído para a intervenção e a emissão de juízos e opiniões públicas. Esse deslocamento também nos aproxima de um certo “redimensionamento” do papel social do historiador, inclusive no mercado de trabalho, que é um dos fenômenos paralelos ao que se denomina “história pública”. Conforme Dumolin,

Sob essa denominação, se esconde uma empreitada global de deslocamento do papel social do historiador: arquivistas, gestores de arquivos, consultores ou historiadores contratados, documentaristas, editores, produtores de filmes e mídias, *historic preservationist*, *cultural resource manager*, *interpreters museum educators*, bibliotecários e bibliógrafos, conservadores de museus, historiadores do oral, *policy advisors*, assim se desfiavam as funções públicas dos historiadores [...]. (DUMOLIN, 2017, p. 85-86)

Esse conjunto de ofícios exercidos pelo historiador são indícios do fato de que os fazeres historiográficos não estão mais restritos ao ensino e à pesquisa. O que podemos observar, numa articulação com Dumolin (2017), é que, ao passo em que o campo da “história pública” se desenvolve há um redimensionamento do engajamento intelectual

(que passa a incorporar – e ser incorporado pelo – o acadêmico) e do papel social do historiador.

Na medida em que se percebe que há uma produção de conhecimento histórico elaborado por não historiadores e fora da academia, os próprios historiadores começam a ocupar espaços outrora não ocupados ou mesmo ambicionados, assim como passam a lidar com outras linguagens e mídias, inclusive audiovisuais e digitais (Cf. NOIRET, 2015). Tanto o campo dos estudos históricos se modifica, incorporando esses novos fazeres historiográficos, quanto o mercado de trabalho se redimensiona, absorvendo esses (e outros) profissionais que pretendam produzir conhecimento histórico dentro da perspectiva da “história pública”. A emergência deste termo como definição para esses fazeres data, aproximadamente, de fins da década de 1970, conforme Luchesi e Carvalho (2016, p.150).

Ainda que esteja relacionada com uma reordenação do mercado de trabalho, a emergência da “história pública” não se explica apenas por esse fator. É evidente e constante o crescimento do interesse do público em geral por temáticas históricas seja em livros, revistas impressas ou *online*, filmes; séries de TV e *streaming*, *video games*; histórias em quadrinhos; telenovelas; programas e canais de televisão; canais no *Youtube*; páginas e perfis nas redes sociais; *blogs* e *podcasts*; Historiadores ou não passam a atuar nesses “espaços”.

Apenas como exemplo da profusão dessas produções que difundem temáticas históricas e sua ocorrência nas mais diversas mídias e linguagens, podemos citar a revista⁵ “Aventuras na História”; filmes como “1917”⁶ (2019), de Sam Mendes; séries de TV/*Streaming*⁷ como *Vikings/ The Last Kingdom*; toda a série de *games*⁸ “Assassins Creed”;

⁵ O site oficial da revista “Aventuras na História” pode ser acessado no link <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/> Acesso em: 25 mai. 2020.

⁶ Sobre o filme “1917”, visitar o link <https://www.imdb.com/title/tt8579674/> Acesso dia 15 maio 2020.

⁷ Para maiores informações sobre as séries *Vikings* e *The Last Kingdom*, acessar os links (<https://www.netflix.com/br/title/70301870>) e (<https://www.netflix.com/br/title/80074249>), respectivamente. Acesso em: 15 mai. 2020.

⁸ Essa série de *games* tem como pano de fundo contextos e temas históricos que vão desde o Egito Antigo até a Revolução Industrial. Mais informações, acessar o link <https://assassinscreed.ubisoft.com/game/pt-br/games> Acesso em: 15 mai. 2020.

histórias em quadrinhos como “Battlefields”⁹, escritas por Garth Ennis; telenovelas como “Nos Tempos do Imperador”¹⁰, que estrearia no corrente ano, na Rede Globo; programas de TV como a série inglesa “Horrible Histories”¹¹, que chegou a ser transmitida aqui no Brasil; além dos canais pagos “History Channel”¹²; canais no *Youtube* como o da historiadora Lilia Moritz Schwarcz¹³; páginas e perfis nas redes sociais como o “História no *Paint*”¹⁴; *blogs* como “Brasil Recente”¹⁵, do historiador Carlos Fico; *sites* como o “memórias da ditadura”¹⁶ e *podcasts* como o “Historiador Explica, Historiadora Explica”¹⁷, da ANPUH.

A produção desses e de outros conteúdos, nas mais distintas linguagens, não deixa de trazer certa preocupação, haja vista que a qualidade do material produzido (cujos exemplos listados acima são uma pequena fração), nem sempre acompanham a quantidade do que é elaborado sob o rótulo de “discussão de temas históricos”. Como bem observou Michel de Pracontal (2004), nem tudo aquilo que é posto sob o verniz “científico” tende a ser rigoroso ou eticamente orientado. Isto não deixa de estar associado ao perfil do público consumidor que, muitas vezes, não consegue perceber a debilidade de certas produções, ou mesmo, em outros casos, não somente é ciente, como endossa determinadas distorções ou revisionismos.

As reflexões sobre o conceito de “público” não são inexistentes no campo da “história pública”, como podemos observar em Liddington (2011), Schitino (2016) e em Malerba (2017). Associado à essas reflexões, Dumolin identifica dois tipos de práticas mais

⁹ As tramas dessas hq’s tematizam personagens em circunstâncias distintas, principalmente no contexto da Segunda Guerra Mundial. Para mais informações, consultar <https://graphitecomics.com/title/Dynamite-Entertainment/Garth-Ennis-Complete-Battlefields-Volumes> Acesso em: 15 mai. 2020.

¹⁰ Essa telenovela estrearia no corrente ano, no chamado “horário das 6”, mas foi adiada por conta da pandemia do Novo *Coronavirus*. Outras informações, visitar o site <https://gshow.globo.com/novelas/nos-tempos-do-imperador/> Acesso em: 15 mai. 2020.

¹¹ Essa série inglesa foi transmitida no Brasil pela TV Cultura e pela TV Escola com o nome de “Deu a Louca na História”. Mais informações, conferir <http://horrible-histories.co.uk/> Acesso em: 15 mai. 2020.

¹² Mais informações, consultar o link: <https://www.historyplay.tv/br> Acesso em: 15 mai. 2020.

¹³ Para conhecer o canal da professora Lilia Schwarcz, acessar o link <https://www.youtube.com/channel/UChj-CaMYRpv0-vrqKG0-aEw/videos> Acesso em: 15 mai. 2020.

¹⁴ Para acessar o site e os demais links para as redes sociais, visitar <https://www.historianopaint.com/>

¹⁵ Para visitar o blog, acessar o link: <http://www.brasilrecente.com/> Acesso em: 15 mai. 2020.

¹⁶ Para conhecer, acessar o link: <http://memoriasdaditadura.org.br/> Acesso em: 15 mai. 2020.

¹⁷ Os episódios podem ser acessados no site ou em aplicativos de música/*podcasts* através do link <https://open.spotify.com/show/4FpVilpc95B46GeuF3RH0y> Acesso em: 15 mai. 2020.

constantes: a “applied history” e a “public history” (DUMOLIN, 2017, p.86). Considerando a complexidade da discussão, podemos sintetizá-la afirmando que a segunda prática tem como áreas de interesses a produção, os produtores, os conteúdos e os meios de difusão do que se apresenta como “temática histórica” no interior da dimensão “pública”, enquanto que a primeira prática é compreendida como um tipo de conhecimento histórico “aplicado”, produzido sob encomenda (via contrato, inclusive) não por um público específico (ainda que isso não seja de todo vedado)¹⁸, mas por um “cliente” privado/particular.

Ainda examinando essa primeira postura, por exemplo, quais seriam as implicações ou pressões sentidas pelo historiador ou por aquele que pretende produzir uma interpretação/investigação histórica sobre uma instituição, sobre um indivíduo/família ou sobre uma empresa? Qual seria a “força” do “cliente” sobre a pesquisa e/ou seus resultados, posto que, sendo “cliente”, possui expectativas próprias, seja econômica, política-ideológica, ou religiosa? Como equilibrar a epistemologia histórica e a expectativa dos “clientes”?

Portanto, nessa produção, circulação e discussão de conteúdos identificados como “temáticas históricas”, que marcam de maneira inquestionável não somente a dimensão pública, mas principalmente esse universo virtual, digital, da *Internet* e das redes sociais, percebemos a “intenção” em divulgar conhecimento científico, inclusive conhecimento histórico que é o nosso foco de análise. Contudo, há também “tensões” presentes nessas produções e nessas discussões acerca de temas históricos, muito vinculadas aos debates político-ideológicos, sobretudo quando certos engajamentos intelectuais distorcem procedimentos epistemológicos da história para “agradar” um público-alvo. Essas e

¹⁸ Podemos citar como exemplo de produções voltadas para um público específico as práticas apresentadas como historiográficas elaboradas pela produtora de vídeos “Brasil Paralelo” (<https://site.brasilparalelo.com.br/sala-de-transmissao-a-patria-educadora/> Acesso em: 25 mai. 2020). O mesmo pode ser dito sobre os livros de história da coleção “Guia Politicamente Incorreto”, cuja autoria é do jornalista Leandro Narloch. Esses livros e produções audiovisuais são contestados enquanto fazer historiográfico consistente heurística e epistemologicamente. Um exemplo dessa contestação pode ser vista no conjunto de críticas elaboradas pelo historiador Renato Venancio publicadas em: <https://hmagazine.com.br/o-incorreto-no-guia-politicamente-incorreto-da-historia-do-brasil/> Acesso em: 23 mai. 2020.

outras considerações precedentes sobre alguns aspectos da história pública enquanto fazer historiográfico, com áreas de interesses bem definidos, assim como as observações em relação ao engajamento intelectual do historiador e a própria redefinição de seu papel no mercado de trabalho passam a nos conectar com a análise proposta na próxima seção.

2. Análise do Vídeo “Existe Diferença entre Golpe e Revolução?”, do Canal “Nerdologia”

Nossa aproximação com o canal “Nerdologia”, cujos vídeos são postados na plataforma/rede social *Youtube*, leva em consideração muitas das observações feitas na seção anterior. Inicialmente, a proposta desse canal consistia numa espécie de “quadro” incluído em outro canal, o “Jovem Nerd”¹⁹, editado e apresentado pelos *youtubers* “Jovem Nerd” (Alexandre Ottoni) e “Azaghal” (Deive Pazos). Ambos são representantes dessa dita cultura *nerd/geek* e abordam, em seu canal, a discussão de filmes, histórias em quadrinhos e games de *pc* e consoles. Ottoni e Pazos são proprietários de uma loja especializada nos produtos dessa cultura além de apresentarem, desde 2006, um *podcast* chamado *NerdCast*.

A proposta do “Nerdologia”²⁰ seria, basicamente, analisar, num misto de ciência e humor, temas, circunstâncias e personagens de *games*, filmes, séries e hq’s. Durante alguns anos, essa articulação entre cultura *nerd/geek* e ciência se dava mais a partir de um diálogo com a biologia, a química, a física e a matemática, além de comentários sobre tecnologia em geral. Por volta de 2010, quando deixou de ser um quadro e se tornou um canal independente, o biólogo e pesquisador Átila Iamarino passou a apresentar os vídeos do canal, o qual continua dirigido por Alexandre Ottoni e Deive Pazos e associado ao canal “Jovem Nerd”.

¹⁹ O canal “Jovem Nerd” no momento em que escrevemos esse texto possui 2,45 milhões de inscritos. Já publicaram mais de uma centena de vídeos sobre quadrinhos, filmes e tecnologia. Inscreveram-se no *Youtube* em 24 de agosto de 2006 e já somam, segundo a plataforma, 723.971.984 visualizações. O material produzido pode ser acessado no link <https://www.youtube.com/user/JovemNerd/videos> Acesso em: 23 mai. 2020.

²⁰ O Canal “Nerdologia”, atualmente, possui 2,88 milhões de inscritos. Ingressou na plataforma *Youtube* no dia 15 agosto de 2010 e o canal como um todo já conta com 293.369.846 visualizações. Pode ser acessado através do link: <https://www.youtube.com/user/nerdologia/videos> Acesso em: 23 mai. 2020.

Para efeito de discussão, nosso foco faz um recorte na produção desse canal, observando com mais atenção os conteúdos associados aos temas históricos e historiográficos. Esse conteúdo em particular passou a ser produzido e veiculado no canal a partir de 2016 e é apresentado e roteirizado pelo historiador Filipe Figueiredo que administra um *site* e apresenta um *podcast* visando a divulgação e a discussão de temáticas históricas/historiográficas. Ambos, *site* e *podcast*, intitulam-se “Xadrez Verbal”²¹.

Até o presente momento, os conteúdos sobre temas históricos produzidos e publicados pelo “Nerdologia” já somam 175 vídeos, dotados com as mais variadas temáticas. O primeiro vídeo do “Nerdologia – História” foi publicado no dia 24 de maio de 2016 e o mais recente, no último dia 19 de maio de 2020. Tanto o canal “Jovem Nerd” quanto o “Nerdologia” são monetizados pela plataforma *Youtube*, o que garante uma renda conforme o volume de visualizações. Além disso, o material produzido, em certos momentos, é patrocinado por empresas dos mais variados tipos. Nessas ocasiões, a temática trabalhada no vídeo é relacionada direta ou indiretamente ao campo no qual a empresa patrocinadora trabalha, como espécie de *merchandising/advertising* para a promoção de filmes, jogos, livros, aplicativos ou séries de tv. A publicação desses vídeos tem sido, em sua maioria, semanal.

Essas questões nos conectam com o tópico apontado por Dumolin (2017) acerca do redimensionamento do papel social do historiador e do próprio mercado de trabalho. Como indicamos na seção anterior, seguindo esse autor, existem inúmeras funções públicas que passaram a ser ocupadas por historiadores e não historiadores. O caso do canal “Nerdologia” não se afasta muito disso. O envolvimento com a produção do conteúdo histórico veiculado no canal não pode deixar de ser considerado como uma atividade profissional, inclusive rendendo remuneração²². Outros canais, *sites* e *podcasts*

²¹ O site “Xadrez Verbal” pode ser acessado nesse link <https://xadrezverbal.com/> Acesso em: 25 mai. 2020.

²² O site SocialBlade apresenta estimativas e *rankings* das principais redes sociais e os possíveis rendimentos. Para mais informações sobre essas estimativas acerca do Canal Nerdologia, visitar <https://socialblade.com/youtube/user/nerdologia> Acesso em: 27 mai. 2020.

de divulgação de temáticas históricas, tais como o “Café História”²³ e o “Leitura Obrigahistória”²⁴ tentam seguir esse caminho, buscando patrocínios e/ou apoio mediante *crowdfunding* (financiamento coletivo).

O vídeo que analisamos intitula-se “Existe Diferença entre Golpe e Revolução?”²⁵. Possui uma duração de 08min. e 17segs. e foi publicado no canal “Nerdologia” no dia 23 de outubro de 2018. No presente momento, conta com 265.838 visualizações e soma 2.252 comentários. Nossa metodologia de análise teve como critérios: a) identificar como os conceitos de “golpe” e “revolução” foram apresentados e discutidos; b) definir quais fontes foram indicadas como referências para a discussão; c) compreender quais foram as estratégias didáticas e de síntese empregadas para abordar esse tema no tempo estabelecido para o vídeo.

Para fundamentarmos nossa análise, estabelecemos contatos e diálogos fundamentalmente com autores tais como Barros (2016), que se propõe a pensar o papel essencial dos conceitos na escrita e nas reflexões elaboradas pelos historiadores, assim como com Antoon de Baets (2013), que se dedicou a pensar princípios estruturantes para uma possível teoria que pudesse nos instrumentalizar para avaliar eventuais “abusos da história”, quer estes tenham sido perpetrados por historiadores, por profissionais de outras áreas ou por “leigos”. Diálogos com outros autores ocorreram sempre que as análises exigiram.

Dito isso, voltamos nossa atenção para o vídeo que escolhemos analisar. Sobre tal escolha, pontuamos que a seleção desse vídeo deu-se em função de ele abordar um dos temas que mais mobilizam discussões públicas atualmente em nosso país: as diferenças entre os conceitos de “golpe” e “revolução”. Esses debates públicos, muitos ocorrendo

²³ Bruno Leal é o responsável pelo portal “Café História”, um dos pioneiros na divulgação de conhecimento histórico na internet. Mais informações, visitar <https://www.cafehistoria.com.br/> Acesso em: 25 mai. 2020.

²⁴ Administrado e apresentado pelo historiador Icles Rodrigues, o “Leitura Obrigahistória”, por exemplo, possui uma comunidade de apoiadores financeiros. Para conhecer, acesse o link: <https://leituraobligahistoria.com/> Acesso em: 24 mai. 2020.

²⁵ O vídeo em questão encontra-se disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=awhJ45W--bl> Acesso em: 23 mai. 2020. A duração total do vídeo é de 10min e 30segs., mas os 2 minutos finais, aproximadamente são para responder comentários feitos sobre o vídeo anterior e fazer propagandas dos patrocinadores.

fora do ambiente acadêmico e animados (por vezes) por “leigos” no assunto, associam-se ao tema da Ditadura Militar no Brasil. Afirma-se que em nosso país não houve um “golpe de estado” do qual derivou uma “ditadura”, mas, sim, um “regime militar” derivado de uma “revolução”.

Fica implícito que aqueles que defendem a ditadura militar, tanto na época quanto agora, compreendem o conceito de “golpe” como algo dotado de um sentido “negativo”, ao passo em que “revolução” possuiria um sentido “positivo”. Ressalta-se que o problema não é a discussão em si, mas, sim, tomar conceitos como “adjetivos”. Segundo Barros, palavras comuns podem se tornar conceitos e que nem sempre conceitos resultam de neologismos, arcaísmos ou termos técnicos, herméticos. Entretanto, palavras e conceitos se distinguem:

O conceito pode ser entendido (...) como a bem delineada ideia que é evocada a partir de uma palavra ou expressão verbal que passa, desde então, a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber ou de práticas específicas. Desse modo, a operacionalidade no interior de um certo campo de estudos é característica de um conceito, qualquer que seja ele. (BARROS, 2016, p. 26)

Nesse sentido, mais do que “adjetivos”, os conceitos são ferramentas, instrumentos empregados para elaborar determinada reflexão ou análise. Contribuem, portanto, na operacionalização dinâmica do próprio campo de estudos e saber que ele mobiliza. Nesse sentido, quer seja o debate público ou “acadêmico”, se o tema do debate diz respeito ao campo “político”, “filosófico” ou “histórico”, “golpe” ou “revolução” não são apenas palavras dotadas de um sentido “positivo” ou “negativo”. Ao se propor discutir aspectos de um determinado campo de estudo ou saber, exige-se a compreensão dos conceitos que nele circulam, não a mera atribuição de sentidos conforme a subjetividade dos que debatem.

No vídeo considerado aqui, é flagrante o cuidado com a linguagem audiovisual, que dá suporte ao tema discutido. Tanto as imagens que nele são apresentadas, como a trilha sonora ao fundo, são empregadas como um recurso didático multimodal, facilitando

a compreensão do que é debatido, ou seja, não cumprem uma função meramente ilustrativa. Ícones da cultura “pop” (o imperador Palpatine de “Star Wars”, o personagem “V” da *Graphic Novel* “V de Vendetta”), o detalhe do quadro “A Liberdade Guiando o Povo”, de Delacroix, podem ser vistos na figura 01. O *riff* da canção “Another Brick in The Wall” do Pink Floyd toca ao fundo:



Figura 01: Introdução do vídeo

O apresentador ressalta que os conceitos não possuem, em si mesmos, um valor qualitativo, ou seja, é indicado no vídeo que os conceitos de “golpe” ou “revolução” não têm relação necessária com “ser bom ou ruim” (FIGUEIREDO, 2018, aos 00:00:31secs.). Figueiredo ainda ressalta (aos 00:00:35secs.) que o sentido atribuído às palavras difere dos sentidos presentes no conceito. Isso está conectado ao que também indicamos anteriormente. Tanto as palavras, quanto os conceitos possuem uma função comunicativa, mas os conceitos possuem uma camada reflexiva que não se percebe nas palavras, pois estas não são utilizadas como instrumentos operacionais num dado campo de estudos ou saber. Outro exemplo especificado no vídeo pode ser visto na figura 02:



Figura 02: Cargas Subjetivas

Nesse momento do vídeo, Filipe Figueiredo (aos 00:01min:25segs.) resalta que nesses debates, muitas vezes, a posição política do debatedor pode influenciar o sentido atribuído ora ao conceito de “golpe”, ora ao conceito de “revolução”. Vemos na figura 2 que, para indicar essa dicotomia, o apresentador coloca como exemplo dessa subjetividade os personagens da saga *Star Wars* que simbolizam a “Aliança Rebelde” e o “Império Galáctico”, forças antagonistas no filme “Rogue One: Uma História Star Wars” (2016).

Ao indicar essa questão, fica implícita uma das dimensões do fazer historiográfico, qual seja, a reflexão conceitual que, por sua vez, está diretamente associada aos postulados teóricos que orientam o pesquisador, como também, aos procedimentos metodológicos necessários para que a pesquisa seja feita. Isso, por si só, já pontua uma das diferenças fundamentais entre a mera emissão de uma opinião e uma interpretação histórica consistente. Como observou José D’Assunção Barros (2016, p.22) “Sem conceitos como o de “guerra”, “revolução”, “revolta”, “golpe de estado”, “motins”, “badernas”, os historiadores dificilmente poderiam realizar adequadamente o seu trabalho.”, pois cada conceito especifica um dado fenômeno. E essa exigência pesa sobre todos os cientistas, quer sejam das humanas, quer não.

Outro aspecto relevante do uso dos conceitos é que eles, ao serem elaborados, discutidos e integrados num determinado campo de estudo ou saber, são utilizados por

todos aqueles que o compõem e que colocam em prática tal estudo/saber (o que resulta no caráter polissêmico dos conceitos). Nesse sentido, há duas implicações diretas. A primeira é que sendo um dos elementos do campo, as interpretações, conceitos ou hipóteses elaboradas dizem respeito não somente àqueles que as elaboram, mas, sim, concernem a todos os que integram o campo e que exercitam ou executam o estudo ou saber que o caracteriza. A segunda implicação diz respeito ao fato de que o conceito (como as teorias ou as metodologias), sendo parte integrante de um dado campo não pode ser utilizado de maneira distorcida, o que pode derivar tanto de uma incompreensão, quanto da existência de má fé.

Logo, cada integrante de um dado campo tanto utiliza as reflexões dos demais, como avalia sua consistência. Evidentemente, isso não produz um saber “neutro” ou “imparcial”, mas enfatiza o aspecto intersubjetivo, garantindo um mínimo de objetividade. Sobre isso, vale lembrar as proposições de Jörn Rüsen (2010, p.138-140/142) acerca do que ele denominou “objetividade de fundamentação”, “objetividade de consenso” e “objetividade construtiva”. Grosso modo, cada um desses momentos disciplina a prática do pesquisador quase num silogismo: a) porque ele leva em consideração os fundamentos do próprio campo; b) porque o pesquisador parte dos “consensos”, daquilo que já foi objeto de análise e estudo e c) porque a análise construída tem de ser lógica, mesmo quando contesta aquilo que está estabelecido.

Esses três critérios podem ser observados no vídeo produzido e publicado pelo Canal “Nerdologia”. Mais do que apresentar a “opinião” do apresentador sobre os conceitos de “golpe” e “revolução”, o que ocorre é que o apresentador informa ao espectador alguns dos fundamentos e dos consensos que existem acerca do tema. Por fim, como reza o terceiro critério sugerido por Rüsen (2010), a argumentação e a explanação são construídas de maneira coerente, lógica, visando não reforçar a “autoridade” de uma “opinião”, mas comunicar os aspectos e elementos que constituem esse universo de discussão. Para ressaltar a distinção entre o sentido cotidiano atribuído às palavras e os sentidos presentes num dado conceito, Figueiredo afirma no vídeo: “Conceituar os termos é importante para compreendermos a história. Entender a origem

e a consequência dos fatos e como eles nos influenciam nos dias de hoje.” (FIGUEIREDO, 2018, entre 00:01:37 segs. e 00:01:45 segs.).

Outro elemento que marca a discussão conceitual nos fazeres historiográficos é o constante diálogo interdisciplinar. Vários conceitos que utilizamos em nossas pesquisas enquanto historiadores não são nativos do campo da história, mas tomados por “empréstimo” de outras ciências. Peter Burke (2002, p. 67-141), nesse sentido, procurou discutir alguns dos conceitos que mais utilizamos, em quais campos eles surgiram e quais são os autores mais emblemáticos. Da mesma forma, cabe ressaltar a fertilidade das reflexões propostas por Reinhart Koselleck (2006, p. 97-119) acerca do que se denomina “história social dos conceitos”. Além disso, vale citar, também, o esforço de Silva e Silva (2009), ao proporem a elaboração de um dicionário de conceitos históricos.

No vídeo, Filipe Figueiredo deixa bastante claro com quais autores está dialogando para apresentar os elementos dessa discussão conceitual. Como podemos ver nas Figuras



Figura 03: Samuel Huntington

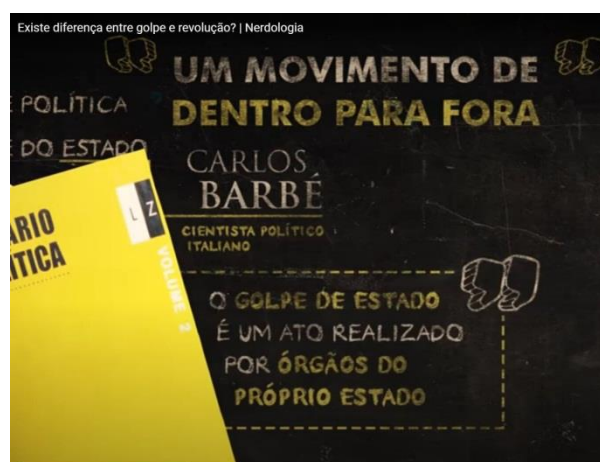


Figura 04: Carlos Barbé

03 e 04, os primeiros indicados são Samuel Huntington (1975) e Carlos Barbé (2013).

Há um consenso derivado do campo filosófico de que os conceitos, enquanto ferramentas utilizadas para determinadas reflexões quer tenham sido criados na linguagem daqueles que estudamos, quer não, possuem o que se chama de “compreensão” e “extensão”. Para Barros (2016, p.72): “chama-se ‘extensão’ de um conceito precisamente ao grau de sua abrangência em relação à vários fenômenos e

objetos; e chama-se 'compreensão' de um conceito ao esclarecimento das características que o constituem. À medida em que um conceito ganha em 'extensão', perde em 'compreensão' [e vice-versa]".

Desse modo, tal como podemos ver no vídeo e nas Figuras acima, ao tentar apresentar ao espectador alguns autores que refletiram sobre o conceito de "golpe", Filipe Figueiredo faz uma síntese do pensamento de Huntington (1975) e Barbé (2013). Nessa síntese, são indicadas as características que, segundo cada autor, devem ser verificadas num dado fenômeno para que este seja compreendido como um "golpe". Segundo afirma Figueiredo (entre 00:01:50 segs. e 00:02:07 segs.), para Huntington, um "golpe" consiste na "tomada do poder com uso da força executado pela elite política ou do Estado como o judiciário ou o comando das forças armadas. Um movimento de dentro para fora." Enquanto que para Barbé, o que caracteriza o "golpe", conforme Figueiredo, é que ele "é realizado por órgãos do próprio Estado". Mesmo sendo uma simplificação, podemos afirmar que, para esses autores, um fenômeno que possua essas características pode ser definido como um "golpe de Estado". Este também pode ser conceituado como um "golpe militar", caso o protagonista da tomada do poder seja as forças armadas, isto é, um dos órgãos endógenos ao Estado.

No vídeo, outras características são elencadas, seguindo pressupostos do cientista político Edward Luttwak (2016): um "golpe de Estado" "envolve menos pessoas, costuma ser menos sangrento [pelo menos inicialmente] e busca a substituição de autoridades políticas dentro de algo existente, com pouca participação popular e tímidas mudanças de mecanismos políticos e socioeconômicos." (FIGUEIREDO, 2018, entre 00:02:17 segs. e 00:02:30 segs.).

Como podemos observar, mesmo de maneira sintética, Huntington (1975), Barbé (2013) e Luttwak (2016) não estão apenas emitindo opiniões com base em suas predileções pessoais, mas, sim, buscando identificar as características que permitem "compreender" determinado fenômeno como um "Golpe de Estado". Logo, verificando essas "qualidades" enquanto constitutivas da "compreensão" desse conceito, podemos, por exemplo, refletir e analisar, em outros lugares ou momentos, se um período de

instabilidade social, política e até mesmo militar, que culmina na derrubada de um poder estabelecido, pode ser, ou não, definido por esse conceito ou por outro, mais adequado. Esse exercício é analítico, reflexivo e não significa, em si ou *à priori*, pressupor “positividade” ou “negatividade”.

A discussão e a análise conceitual não prescindem de paixões políticas ou ideológicas. Aqueles que impõem um “Golpe de Estado” certamente julgam seu ato como “positivo”, tal como aqueles que lideram uma “Revolução”. Contudo, ainda que essa subjetividade, essas “paixões”, não possam ser eliminadas, também não devem ser critério único para a condução dessas reflexões. Tanto um conceito, quanto o outro, não permanecem “isolados”. Terminam formando uma “rede” com outros conceitos (como o de “justiça”, “legalidade”; “democracia”, “tirania” etc.) Por questões de espaço, não nos aprofundaremos na discussão dessas relações.

Como indício da complexidade da discussão conceitual, vejamos: até o momento discutimos alguns aspectos do conceito de “Golpe de Estado”, que pressupõe que setores integrantes do próprio Estado “tomem o poder” justamente por não exercê-lo. Contudo, Filipe Figueiredo aponta a existência de outro conceito, o “auto golpe”, o qual diz respeito à uma dada situação na qual um “poder já constituído de forma legítima simplesmente anula ou toma os outros poderes do Estado” (FIGUEIREDO, aos 00:02 min:46 segs.). Nesse caso, não é um “Golpe de Estado”, ou uma “Revolução”, é um fenômeno ainda mais singular.

Tal como na abordagem do conceito de “golpe”, são apresentados mais alguns autores que são referências no assunto e quais as características que cada um considera presentes no fenômeno “revolucionário”. Para a apresentação do conceito de “Revolução”, como podemos ver na figura 05, Gianfranco Pasquino (2013) é indicado como uma referência no tema:



Figura 05: Gianfranco Pasquino

É apontado no vídeo que, para esse autor, o fenômeno da “revolução” é exterior ao aparelho estatal. Há violência física ou simbólica e maior mobilização popular. Com a revolução, ocorre uma mudança substancial na realidade que vivencia essa experiência.

Outras referências indicadas por Filipe Figueiredo (entre 00:03min:17secs. e 00:04min:03secs.) para a compreensão do conceito de “Revolução” são Hanna Arendt (2011) e, novamente, Edward Luttwak, além do historiador inglês Christopher Hill (2012). Conforme Figueiredo (2018), Arendt reforça que um processo revolucionário pode até incluir lideranças oriundas das elites, mas há um peso maior das camadas populares. Luttwak (2016) reforçaria esse ponto, enfatizando que uma “revolução” é um “movimento de fora para dentro, com o objetivo de criar algo novo e modificar totalmente a sociedade”. Hill (2012), ainda segundo Figueiredo, ressalta que uma das origens para uma “revolução” estaria numa mudança de um conjunto de ideias por outro ideário, o qual visa instituir mudanças fundamentais.

Próximo ao final do vídeo são reforçadas as seguintes questões mediante alguns exemplos. Primeiro, que considerando as características indicadas acima, teria havido uma “revolução” nos Estados Unidos, em 1776 (FIGUEIREDO, 2018, 00:04min.:08secs.), dada a mudança substancial então instituída com a independência em face da Inglaterra. Enquanto na Espanha, em 1923 (Op. Cit, 00:04min.:45secs.) teria havido um golpe

liderado por Primo de Rivera, o qual acumulou poderes por sete anos, mesmo havendo um rei constituído. Ao retomar a discussão acerca da adjetivação dos conceitos, vemos, na figura 06, que um dos indícios para isso estaria na origem dos termos ainda na “Revolução Francesa”:



Figura 06: Origem e Atribuição de Sentidos

Assim, o desejo incessante por mudanças sociais, políticas ou econômicas seria algo mais perseguido por ideologias “não conservadoras”, o conceito de “revolução”, desse modo, entrando com mais facilidade no léxico e nas experiências ideológicas de “esquerda”, enquanto o conceito de “golpe” teria se tornado mais comum em experiências orientadas por ideologias de “direita”, as quais, por serem conservadoras num ponto de vista político, econômico ou social, se esforçam por tentar evitar quaisquer mudanças drásticas e substanciais na sociedade. Entretanto, esse debate facilmente desemboca na discussão de outro conceito, a saber, o conceito de “ditadura”, pois, tanto pode existir uma ditadura mais orientada pela ideologia de “esquerda”, quanto por uma ideologia de “direita”.

A leitura de Bobbio (1987, p.135-163), por exemplo, pode ser uma introdução interessante nesse debate, ao discutir tanto a “ditadura dos antigos” quanto a “ditadura moderna” e a “ditadura revolucionária”. A atribuição subjetiva de sentido, que “adjetiva”

os conceitos, termina por “enfraquecer” seu potencial heurístico. A partir de um ponto de vista conceitual, tanto pode haver um “golpe” de “esquerda”, quanto uma “revolução” de “direita”. Isso, evidentemente, dependerá do polo de poder que é tomado como “alvo”.

Figueiredo (entre 00:05min.:32segs. e 00:06min.00segs.) enfatiza que Nikita Khurushev (1894-1971) teria sido derrubado por um golpe “de esquerda” enquanto governos socialistas do leste europeu, principalmente o de Nicolae Ceaușescu (1918-1989), teria sido deposto por uma revolução de “direita”. Desse modo, os conceitos, em si mesmos, não são partidários, não são adjetivos. São, portanto, ferramentas de reflexão para a compreensão de fenômenos e experiências, as quais, com certeza, são animadas por práticas e (inter)subjetividades políticas e ideológicas, tanto de “esquerda”, quanto de “direita”.

Dado o potencial heurístico dos conceitos, quando há pertinência entre o “conceito” e a evidência, uma experiência/prática/forma de pensar é, dessa maneira, “nomeada”, tornando-se identificável para aquele que conceitua e para os demais. Isto pode gerar tensões, pois um “fascista”/“nazista” latente/convicto, p. ex., muitas vezes, não quer ser definido enquanto tal. Encerrando o vídeo, Figueiredo retoma a discussão, que é um indício dessas tensões, sobre o que teria ocorrido no Brasil em 1964, ou seja, como esse fenômeno pode ser “nomeado”, conceituado. Um dos elementos que (re)animaram essa discussão foi uma fala recente de Dias Toffoli, ministro do Supremo Tribunal Federal, quando, durante um evento, afirmou²⁶ que

Os militares foram um instrumento de intervenção e, se algum erro cometeu, foi, ao invés de ser o moderador que, em outros momentos da história, interveio e saiu, eles acabaram optando por ficar. E o desgaste da ilegitimidade em todo esse período que acabou recaindo sobre essa importante instituição nacional que são as Forças Armadas [...] Por isso que hoje eu não me refiro mais nem a golpe e nem a revolução de 1964. Eu me refiro a movimento de 1964.

²⁶ Presidente do STF diz que prefere chamar ditadura militar de “movimento de 1964” 1964. Disponível em <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2018-10-01/dias-toffoli-movimento-de-1964.html> Acesso em: 23 mai. 2020.

Certamente, o debate que condicionou essas afirmações não é nosso objeto de discussão. Contudo, fica patente que ao não utilizar nem um conceito nem outro, a compreensão do que aconteceu naquela época fica defasada²⁷. Em vista disso e com base na argumentação apresentada no vídeo, Filipe Figueiredo comenta a aplicabilidade, ou não, do conceito de “golpe” ao fenômeno ocorrido no Brasil em 1964, como podemos ver na figura 07:



Figura 07: Houve um Golpe de Estado em 1964

Figueiredo afirma (2018, entre 00:06min:20secs. e 00:08min:00secs.) que houve um golpe porque: foi protagonizado por um órgão do Estado, as forças armadas; que apesar do apoio de parcelas da população, esta não participou efetivamente na derrubada do governo de Goulart; que o regime de exceção instituído não modificou substancialmente a sociedade; que os principais símbolos nacionais foram preservados; que aqueles que se tornariam presidentes já eram generais, em 1964; que muitas leis foram mantidas; que houve disputas internas, o que Figueiredo chama de “golpe dentro do golpe” (aos 00:07min:27secs.); que houve aumento de poder mediante medidas

²⁷ Para fundamentar sua afirmação, o ministro teria citado o historiador Daniel Aarão Reis como referência. Contudo, esse historiador declarou que é algo “infeliz” definir esse fenômeno como “movimento”. Houve um “golpe” e, em decorrência disso, uma ditadura. A entrevista encontra-se disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/historiador-citado-por-toffoli-diz-que-e-errado-chamar-ditadura-de-movimento-de-64/> Acesso em: 26 de mai. 2020.

autoritárias tais como, o fechamento do congresso, o AI-5 e o impedimento do vice-presidente civil assumir após a morte de Costa e Silva. Por fim, afirma: “o principal é diferenciarmos conceitos de preferências pessoais ou cargas subjetivas, para compreendermos a história e quais os papéis que os atores da sociedade desempenharam em cada período e lugar” (FIGUEIREDO, 2018, 00:08min.00secs.).

Para encerrarmos nossa análise, nos aproximamos de alguns pressupostos do historiador Antoon de Baets, o qual sugere critérios para avaliarmos narrativas ou interpretações históricas, visando evitar o que ele definiu como “abuso da história”. Para De Baets (2013, p.24), uma história negligente é aquela feita sem compromisso, sem cuidado, de maneira irresponsável, ao passo que o “abuso da história” ocorre quando uma interpretação histórica é feita intencionalmente para “provocar engano.”

Enquadrando-se no que podemos chamar de “história pública”, o conteúdo produzido pelo “Nerdologia – História” não visa atingir em específico um público especializado. Contudo, mesmo assim, afasta-se tanto de uma prática negligente quanto abusiva. Em nossa análise, não identificamos nenhum sinal “decisivo” de negligência. Da mesma forma, não encontramos nenhum enunciado que comporte qualquer abuso da história.

A argumentação é clara, objetiva. As fontes, inclusive complementares, são indicadas de maneira precisa, o que permite ao espectador, “leigo” ou não, verificar as informações divulgadas. Isso é importante, tanto nos fazeres historiográficos convencionais como nas práticas de uma “história pública”. Para De Baets (2013, p.24): “a história não científica [...] pode fornecer mitos que incitam ódio e violência; [...] na maioria das vezes o público não está apto a distinguir a história científica da não científica, nem propenso a aceitar duras verdades em substituição a enganos e mentiras mais confortáveis” que o público pode nutrir.

De Baets (2013) distingue uma história “científica” de uma história “não científica” não porque a primeira seja imparcial, neutra ou isenta de erro, mas, sim, porque exige-se da história “científica” um rigor muito maior, visando diminuir qualquer ato negligente e, principalmente, abusivo. Para esse historiador, uma escrita da história negligente é distinta

do abuso da história porque este implica em "...custos sociais em termos de depreciação da credibilidade da profissão de historiador e rebaixam a qualidade do discurso histórico como um todo. Alimentam crenças em mitificações da história e seus usos para propaganda ou, ainda, induzem ao esquecimento da história conhecida." (DE BAETS, 2013, p.26).

O conteúdo do "Nerdologia" aqui analisado seria negligente ou abusivo, caso, por exemplo, adotasse a(s) postura(s) de: falar sobre um conceito distorcendo seu sentido ou significado para agradar seu "público"; difundir um conceito de um autor(a) como se fosse de outro(a); utilizar falácias lógicas aproximando, por exemplo, por uma similaridade terminológica formal, conceitos com conteúdos completamente distintos; discutir o conceito de um autor sem ter lido (ou compreendido) de fato o que foi dito ou escrito. Aqueles que entram em contato com práticas negligentes ou abusivas, semelhantes à essas, podem incorporar o erro, ou mesmo promovê-lo, conscientemente ou não.

Observando os critérios apontados por De Baets (2013, p.28), um conteúdo estruturado por práticas tais como essas exemplificadas acima seria o símbolo de uma análise ou interpretação histórica negligente e/ou abusiva, tanto nos níveis heurístico (resultado de uma pesquisa inconsistente ou mesmo inexistente), epistemológico (constituída por falácias de toda sorte) ou pragmático (enganando o consumidor, inclusive visando vantagem financeira). Uma prática abusiva causa dolo a nós, historiadores, ao público e a nossa ciência.

Podemos afirmar que a prática e o conteúdo apresentados pelo "Nerdologia – História" estão próximos dos fazeres historiográficos da "história pública". Pelo que pudemos identificar em nossa análise, na discussão dos conceitos de "golpe" ou "revolução", não há "demonização" subjetivada nem desses conceitos, nem dos autores indicados como referência. O que há, antes de qualquer coisa, é uma espécie de convite à leitura, à reflexão, ao debate e discussão. Conseguimos entrever nessa prática mais um comprometimento com os critérios definidores da história como ciência e disciplina, do que com a necessidade de "falar", sem fundamento ou conhecimento, aquilo que um determinado público anseia ouvir.

Considerações Finais

Ao término de nosso trabalho, consideramos ter alcançado alguns resultados relevantes. Foi possível observar que o conteúdo produzido pelo canal “Nerdologia”, enquanto uma forma de produção e divulgação de conhecimento histórico, ainda que não seja direcionado especificamente para um público especializado na área, não deixa de observar critérios pertinentes presentes na pesquisa e na escrita da história, principalmente no que diz respeito à indicação de fontes, na apresentação clara e objetiva dos conceitos e autores mais utilizados como referenciais. Assim, esse conteúdo afasta-se tanto de uma prática negligente, quanto abusiva, segundo os critérios sugeridos por Antoon De Baets (2013).

Conseguimos identificar que a discussão, ainda que possa parecer árida e abstrata, não perde em rigor, mesmo considerando o desafio de tratar do tema num curto espaço de tempo, o que não deixa de ser uma característica da linguagem de vídeos do *Youtube*, pois há, por parte do público, certa rejeição em face de vídeos longos. Além disso, tanto para “leigos”, como para estudantes ou graduados em história (e outras áreas) o vídeo funciona como uma tática interessante para ajudar a memorizar os conteúdos abordados, haja vista a articulação dos temas discutidos com símbolos e ícones da cultura *nerd/geek*, que é característica do público-alvo do canal.

Essa prática “pública” da história, elaborada pelo canal “Nerdologia” reafirma a relevância do papel social do historiador e da contribuição do conhecimento histórico para a compreensão e intervenção na realidade que nos cerca. Além do mais, tal conteúdo pode ser utilizado sem receio como mais um recurso didático nas aulas de história e ciências afins. As características que definem os conceitos abordados no vídeo são apresentadas de maneira clara e o propósito do vídeo não é ser “conclusivo”, “encerrar a discussão”, falar a “verdade” ou “aquilo que não querem que você saiba”. Tal conteúdo não almeja reforçar a suposta “autoridade” do apresentador/roteirista ou a sua opinião pessoal sobre os conceitos. A finalidade do vídeo é funcionar como uma “ponte”, um convite à leitura e à reflexão. Compreendemos que a produção e a divulgação desse

tipo de conteúdo pelo canal “Nerdologia” não se distancia nem se distingue daquilo que é ensinar.

Bibliografia

- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. (Orgs.) *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; MENESES, Sônia. *História Pública Em Debate: Patrimônio, Educação E Mediações do Passado*. São Paulo: Letra e Voz, 2018.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BARBÉ, Carlos. Golpe de Estado. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. Vol. 1, págs. 545-547.
- BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História: Especialidades e Abordagens*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2004.
- BARROS, José D'Assunção. *Os Conceitos e seus Usos nas Ciências Humanas*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.
- BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo, Sociedade: Para uma teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- BURKE, Peter. *História & Teoria Social*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- CARVALHO, Bruno Leal Pastor; TEIXEIRA, Ana Paula Tavares. *História pública e divulgação de história*. São Paulo: Editora Letra e Voz, 2019.
- DE BAETS, Antoon. Uma Teoria do Abuso da História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, V.33, nº 65, p.17-60. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v33n65/02.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.
- DENIS, Benoît. *Literatura e Engajamento: de Pascal à Sartre*. Bauru: Edusc, 2002.
- DUMOLIN, Olivier. *O Papel Social do Historiador: Da Cátedra ao Tribunal*. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- Existe Diferença entre Golpe e Revolução? Apresentação e Roteiro: FIGUEIREDO, Filipe. Criação, Direção e Produção Executiva: Alexandre Ottoni e Deive Pazos. Canal

Nerdologia. Disponível em

<https://www.youtube.com/channel/UClu474HMT895mVxZdIIHXEA> Acesso em 30 mai. 2020.

HILL, Christopher. *O Século das Revoluções: 1603-1714*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

HUNTINGTON, Samuel. *A Ordem Política nas Sociedades em Mudança*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC Rio, 2006.

LIDDINGTON, Jill. O que é história pública?. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de. *Introdução à História Pública*. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

LUCCHESI, Anita; CARVALHO, Bruno Leal de. História digital: reflexões, experiências e perspectivas. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele RABÊLO de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública no Brasil: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

LUTTWAK, Edward. *Coup d'État: A Practical Handbook*. Harvard University Press. Revised Edition, 2016.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 74, 2017. Disponível em:

https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882017005001106&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 20 mai. 2020.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo. *História Pública: Sentidos e Itinerários*. São Paulo: Letra e Voz. 348p. 2016.

NOIRET, Serge. História Pública Digital. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 28-51, maio 2015. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634> Acesso em: 23 mai. 2020.

PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola;

PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. 13ª ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2013. Vol. 2, págs. 1121-1131.

PRACONTAL, Michel de. *A Impostura Científica em Dez Lições*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica: Teoria da História – Os Fundamentos da Ciência Histórica*. Brasília: Editora da Universidade (UNB), 2010.

SCHITINO, Renata. O conceito de público e o compartilhamento da história. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; Santhiago, Ricardo. (Orgs.) *História Pública no Brasil. Sentidos e Itinerários*. 2016. São Paulo: Letra e Voz. p. 37-46.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo. Contexto, 2009.